CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2012

(Projeto de Lei nº 28/2011-CN)

INFORMATIVO CONJUNTO

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal

Principais aspectos, parâmetros fiscais e econômicos e resumo das despesas do Projeto de Lei Orçamentária para 2012 – PL nº 28/2011-CN
(Mensagem nº 344/2011-CN e 86/2011, na Origem)

CONGRESSO NACIONAL
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2012
INFORMATIVO CONJUNTO[1]

Principais aspectos, parâmetros fiscais e econômicos e resumo das despesas do Projeto de Lei Orçamentária para 2012 – PL nº 28 /2011-CN – Mensagem nº 344/2011-CN (86/2011, na origem).

ÍNDICE

1 – COMPOSIÇÃO BÁSICA DO ORÇAMENTO DA UNIÃO – GRANDES NÚMEROS 1
2 – ITENS RELEVANTES DA PROPOSTA 2
3 – PARÂMETROS ECONÔMICOS 4
4 – RESULTADO FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA 5
5 – ANEXO (DESPESAS POR ÓRGÃO) 8

1 – COMPOSIÇÃO BÁSICA DO ORÇAMENTO DA UNIÃO – GRANDES NÚMEROS

O valor total da proposta orçamentária para 2012 é de R$ 2.225,1 bilhões, dos quais R$ 653,3 bilhões referem-se ao refinanciamento (rolagem[2]) da dívida pública, de cunho meramente contábil. Desconsiderando-se esse valor, o Orçamento da União – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e Orçamento de Investimento das Estatais – atinge R$ 1.571,8 bilhões. Desse total, R$ 106,8 bilhões correspondem ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais federais, e R$ 1.464,9 bilhões, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O valor total da proposta e a composição básica do orçamento da União para 2012, comparado com 2011, são apresentados na tabela a seguir:

PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS PARA 2011 e 2012 – GRANDES NÚMEROS *(R$ bilhões)*

Descrição	2011		2012	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
1. Orçamento da União (Fiscal, Seguridade, Estatais)	**2.073,4**	**2.073,4**	**2.225,1**	**2.225,1**
2. Refinanciamento da Dívida Pública	**678,5**	**678,5**	**653,3**	**653,3**
3. Orçamento da União Efetivo (1 – 2) (*)	**1.394,9**	**1.394,9**	**1.571,8**	**1.571,8**
3.1 Orçamento de Investimento das Estatais	107,4	107,4	106,8	106,8
3.2 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.287,4	1.287,4	1.464,9	1.464,9
3.2.1 Orçamento Fiscal	*811,5*	*767,4*	*942,2*	*876,3*
3.2.2 Orçamento da Seguridade Social (**)	*475,9*	*520,0*	*522,7*	*588,6*

Fontes: PLOA 2011/2012

(*) Corresponde aos valores efetivamente disponíveis pelo Governo para execução do programa de trabalho (não inclui refinanciamento).
(**) Despesas com saúde, previdência e assistência social. Das despesas do Orçamento da Seguridade Social, R$ 65,9 bilhões são financiadas por transferências do Orçamento Fiscal. Para 2011, esse valor era de R$ 44,1 bilhões.

Em relação à proposta de 2011, verifica-se aumento nominal de 13,8% nas dotações dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, paralelamente à redução de 0,5% no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

[1] As Consultorias divulgarão Nota Técnica Conjunta ou Notas Setoriais contendo a análise detalhada do PLOA 2012.

[2] O refinanciamento é necessário para a renovação de títulos públicos e depende do prazo médio de vencimento da dívida, tendo caráter meramente contábil, razão pelo qual é tratado separadamente. Assim, por exemplo, o refinanciamento de cada R$ 1.000,00 de títulos da dívida pública mobiliária federal que vençam a cada seis meses (duas vezes ao ano), exigirá uma dotação na lei orçamentária no valor de R$ 2.000,00.

2 – ASPECTOS RELEVANTES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

O quadro a seguir apresenta as despesas que constam do projeto de Lei Orçamentária para 2012, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, por Grupo Natureza de Despesa – GND, comparando-as com os valores de 2010 e 2011.

TABELA 1 - PROJETO LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2012 *versus* 2010 e 2011
Comparativo por Grupo Natureza de Despesa – GND

Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Em R$ 1,00 bi

DISCRIMINAÇÃO / GND	PLOA 2010	LOA 2010	PLOA 2011 (a)	LOA 2011 (b)	PLOA 2012 (c)	(d) = (c) - (b)	
						VALOR	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (GND 1)[3]	183,06	184,15	199,59	199,77	203,24	3,5	1,75%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (GND 3)[4]	580,70	593,93	670,12	678,22	763,68	85,5	12,6%
INVESTIMENTOS (GND 4)	44,51	58,11	51,44	63,99	57,93	(6,1)	(9,5)%
INVERSÕES FINANCEIRAS (GND 5)	41,45	41,09	44,43	44,48	47,31	2,8	6,4%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (GND 9)	21,16	21,18	21,19	25,78	31,38	5,6	21,7%
Recursos Livres	*9,48*	*5,03*	*10,92*	*5,87*	*16,25*	*10,4*	*176,7%*
Recursos Próprios e Vinculados	*11,68*	*16,16*	*10,27*	*19,91*	*15,13*	*(4,8)*	*(24,0)%*
SUBTOTAL	870,88	898,46	986,77	1.012,23	1.103,54	91,3	9,0
SERVIÇO DA DÍVIDA	*867,56*	*867,56*	*953,79*	*953,79*	*1.014,74*	*60,9*	*6,4%*
Juros e Encargos (GND 2)	*110,40*	*110,40*	*169,87*	*169,87*	*140,57*	*(29,3)*	*(17,2)%*
Amortização (GND 6)	*757,16*	*757,16*	*783,92*	*783,92*	*874,17*	*90,2*	*11,5%*
Amortização Efetiva	*74,42*	*67,12*	*81,90*	*79,29*	*128,03*	*48,7*	*61,5%*
Refinanciamento Dív. Contratual	*4,84*	*12,14*	*4,02*	*4,02*	*3,25*	*(0,8)*	*(19,2)%*
Refinanciamento Dív. Mobiliária	*584,10*	*584,10*	*674,49*	*674,49*	*650,03*	*(24,5)*	*(3,6)%*
Saldo Negativo do Bacen	*93,80*	*93,80*	*23,50*	*26,11*	*92,85*	*66,7*	*255,6%*
T O T A L	1.738,4	1.766,0	1.940,6	1.966,0	2.118,3	152,3	7,7

Fonte/Elab.: SOF/MPOG

Os seguintes aspectos relacionados às despesas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2012 merecem ser destacados:

Despesas obrigatórias da União – o PLOA prevê R$ 607,0 bilhões de despesas obrigatórias da União, já excluídos R$ 181,2 bilhões relativos às transferências a estados e municípios. Esse valor é constituído de R$ 188,2 bilhões de despesas com pessoal, R$ 313,9 bilhões de benefícios previdenciários e R$ 105,0 bilhões de "outras despesas obrigatórias" (ver Tabela 3: Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal). Tais despesas representam 72,4% da despesa primária total[5], denotando grande rigidez na alocação de recursos do orçamento.

Gastos com pessoal e encargos sociais – as despesas com pessoal e encargos sociais atingem o valor de R$ 203,24 bilhões em 2012, o que representa um crescimento nominal de 1,75% em relação ao valor autorizado para 2011[3]. Conforme a Mensagem, esse valor corresponde a 32,85% da receita corrente líquida prevista para 2012, situando-se, portanto, aquém do limite máximo previsto na LRF, que é de 50%. Cumpre destacar a redução dessa despesa em

[3] Inclui Contribuição Patronal. Sem a contribuição patronal e considerados os ajustes do regime orçamentário para o de caixa, a despesa com pessoal reduz-se a R$ 188,2 bilhões.
[4] GND 3: inclui benefícios previdenciários, transferências constitucionais e legais e custeio em geral.
[5] Segundo metodologia e critérios utilizados pelo Poder Executivo (apresentação do PLOA 2012), as despesas obrigatórias chegam a representar 89,1 % da despesa primária.

termos de percentual do PIB, caindo de 4,41% do PIB na projeção de 2011 para 4,15% em 2012 (vide Tabela 3).

Por exigência da Constituição Federal e da LDO, o Poder Executivo apresenta o Anexo V, que discrimina a autorização para os aumentos e alterações na legislação de pessoal no decorrer de 2012, resultando em um montante adicional de R$ 3,6 bilhões nas despesas com pessoal (R$ 6,4 bilhões anualizados). Os valores referentes a substituições de terceirizados[6] não foram considerados nesse cálculo, pois os recursos orçamentários para o provimento de cargos efetivos mediante a substituição de pessoal terceirizado originam-se de remanejamento de "Outras Despesas Correntes e de Capital" para "Pessoal e Encargos Sociais", não implicando acréscimo de despesas. O referido anexo contempla os seguintes valores:

a) criação e/ou provimentos de cargos, empregos e funções, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título: R$ 1,9 bilhão para 2012 (impacto anualizado de R$ 3,7 bilhões), com a criação de 140.300 cargos e o provimento, admissão ou contratação de 57.159 servidores;

b) alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração: R$ 1,7 bilhão para 2012 (R$ 2,7 bilhões anualizados).

O Anexo V deixou de contemplar uma série de reinvindicações de aumento de remuneração de servidores públicos em processo de negociação e cujas proposições já se encontram em tramitação na Câmara dos Deputados. Tampouco foram alocados recursos para o aumento do teto constitucional solicitado pelo STF e o MPU.

O Poder Executivo encaminhou, no dia 2 de setembro de 2011, mensagem ao Congresso Nacional, na qual apresenta a proposta original de orçamento elaborada pelo Poder Judiciário e o MPU. Esclarece, na nova mensagem, que essa proposta original não foi integralmente incorporada ao PLOA 2012, havendo sido reduzida, pelo montante de R$ 7,7 bilhões, em rubricas relacionadas a pessoal e encargos sociais.

Cabe destacar, ainda, que o Orçamento de 2011 contém R$ 156,7 milhões destinados ao aumento do subsídio da Magistratura, proposto no PL 7.749/2010, e R$ 60,2 milhões para o aumento do subsídio dos membros do Ministério Público da União, proposto no PL 7.753/2010. Para contemplar integralmente os valores propostos nesses dois projetos de lei, o Anexo V deveria ter previsto R$ 620 milhões para 2012.

Benefícios previdenciários e assistenciais – o projeto destina a benefícios previdenciários e assistenciais R$ 383,4 bilhões, representando 8,45% do PIB em 2012, contra 8,49% do PIB em 2011, destacando-se: a) R$ 313,9 bilhões para os benefícios previdenciários; b) R$ 39,6 bilhões para abono e seguro-desemprego; c) R$ 30 bilhões para os benefícios de prestação continuada previstos na LOAS e renda mensal vitalícia.

Déficit da previdência – o projeto prevê déficit da previdência equivalente a R$ 47,6 bilhões, superior ao que constava na proposta para 2011 (R$ 41,3 bilhões) e o estimado para o exercício corrente com base nas informações constantes no Balanço Estatístico da Previdência Social (R$ 36,8 bilhões). O aumento concedido ao salário mínimo e a redução da massa salarial em comparação com o ano corrente são variáveis que explicam a elevação do déficit.

Salário Mínimo – o salário mínimo foi estimado conforme a regra estabelecida na Lei nº 12.382/2011, que consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2011, estimado em 5,70%, mais a taxa de crescimento anual do PIB apurado para o exercício de 2010 a título de aumento real, que foi de 7,49%. Desse modo, o salário mínimo previsto no PLOA 2012 está estimado em R$ 619,21, refletindo aumento de 13,62% frente ao valor vigente em 2011 (R$ 545,00). Em comparação com o exercício de 2011, a variação do salário mínimo eleva as despesas fixadas no projeto para o ano de 2012 em R$ 21,5 bilhões.

[6] Cerca de R$ 147 milhões.

Bolsa-Família – o valor destinado para o atendimento do programa Bolsa-Família passou de R$ 14,7 bilhões em 2011 para R$ 18,7 bilhões em 2012, sendo que o número de famílias atendidas aumentará de 12,7 para 13,6 milhões. Cabe lembrar que o valor inicialmente autorizado para 2011 era de 13,4 bilhões, que foi alterado em função da elevação dos valores do benefício, como uma das primeiras medidas do atual governo.

Investimentos – no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a proposta para 2012 destina R$ 57,9 bilhões a investimentos, contra R$ 51,4 bilhões no PLOA 2011. Para as empresas estatais federais[7], o valor de investimento reduz de R$ 107,5 bilhões no PLOA 2011 para R$ 106,8 bilhões em 2012. As despesas com investimentos têm especial relevância para alavancar o crescimento econômico. No entanto, os valores destinados no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social representam apenas 1,3 % do PIB previsto para 2012, mesmo percentual previsto no PLOA 2011.

PAC – o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, constituído basicamente por investimentos, atinge na proposta para 2012 o valor de R$ 42,5 bilhões no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social (mantendo praticamente inalterado o valor autorizado para 2011) e R$ 68,8 bilhões no orçamento de investimento das empresas estatais. Dos recursos do PAC destacam-se R$ 20,3 bilhões para infraestrutura logística e de energia (rodovias, aeroportos, hidrovias, hidroelétricas e etc.) e R$ 22,2 bilhões para infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, integração do Rio São Francisco e etc.).

Reserva de Contingência – o projeto destina o valor de R$ 18,9 bilhões (2,1 % da receita corrente líquida) para reserva de contingência, dos quais R$ 6,1 bilhões poderão ser utilizados para o atendimento de emendas parlamentares, salientando que os respectivos recursos estão condicionados à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 61/2011, que renova a DRU até 2015.

Lei Kandir – o PLOA 2012 não prevê dotações para fomento às exportações e Lei Kandir. Vale destacar que o PLOA 2011 também não contemplou a referida dotação. No entanto, houve no ano passado uma inclusão de R$ 3,9 bilhões para essa rubrica, durante a tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional.

Obras e serviços com indícios de irregularidades graves (TCU) – O Anexo VI do PLOA 2012 trata de obras e serviços em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU. O referido Anexo lista 31 obras em 11 unidades orçamentárias, as quais poderão ter a execução suspensa em 2012 caso não sejam adotadas medidas saneadoras até a aprovação do PLOA 2012. São considerados indícios de natureza grave: os materialmente relevantes em relação ao valor total contratado, com potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros; que possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; configurem graves desvios relativamente aos princípios constitucionais a que está submetida a administração pública (art. 91, § 1º, IV, da LDO 2012).

Segundo a LDO 2012, a recomendação pelo TCU de paralisação de obras e serviços dependerá de decisão monocrática ou colegiada daquela Corte, a ser proferida no prazo de quarenta dias corridos a contar da conclusão da auditoria, dentro do qual deverá ser assegurada a oportunidade de manifestação preliminar dos gestores, em quinze dias corridos. (art. 91, § 9º da LDO 2012). Cabe ao Congresso Nacional decidir pela inclusão ou não das obras e serviços no Anexo VI.

Quadro das despesas por órgão – O Anexo 1 apresenta quadro comparativo com as despesas por Órgão Orçamentário, cotejadas com aquelas dos anos de 2010, 2011 e PLOA 2012.

[7] Exclui as empresas estatais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, considerando apenas as constantes do Orçamento de Investimento das Estatais.

3 – PARÂMETROS ECONÔMICOS

Crescimento econômico – o Projeto considera um crescimento real do PIB para 2011 de 4,5% e de 5,0% para 2012. O valor nominal esperado para o PIB de 2012 é estimado em cerca de R$ 4,5 trilhões.

O Governo tem como pressuposto a continuidade do crescimento da economia em 2011 e 2012, embora em ritmo bem menos acelerado daquele observado em 2010, dada a necessidade de ajustar à expansão da economia ao objetivo de manter sob controle a evolução da inflação pelo emprego de dois principais instrumentos de política econômica: a contenção fiscal e a elevação temporária da taxa básica de juros.

Inflação – a Mensagem considera que a taxa de inflação (IPCA), mantidas as políticas fiscal e monetária austeras, deverá iniciar a convergência para o centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional a partir do último trimestre de 2011, chegando ao final de 2012, com 4,80%, bem próximo ao centro da meta de 4,5%. O mercado estima, um IPCA de 6,31 % para 2011 e de 5,20 para 2012, admitindo implicitamente uma convergência maior somente para 2013. O IGP-DI acumulado previsto no projeto é de 5,00% para 2012 em igual consonância coma atual expectativa do mercado [8].

Taxa de Juros – o Governo espera que a taxa Selic atinja média anual de 12,0% para 2011 e de 12,40% para 2012. O mercado projeta taxas de juros médias muito próximas a isso de 12,16 % para 2011 e de 12,44 % para 2012.

O recrudescimento das expectativas inflacionárias ao final de 2010 motivou o Banco Central a retomar o processo gradativo de elevação da taxa de juros SELIC, cuja taxa abriu o ano com 10,75% e chegou em julho com 12,50%. Nesta última reunião do Copom optou-se pela redução da taxa para 12,00%. Taxa de câmbio – a taxa de câmbio média para 2011 e 2012, adotada no Projeto, é de R$ 1,61 e R$ 1,64, respectivamente. O mercado espera uma taxa média de R$ 1,60 para 2011 e R$ 1,63 para 2012. (Boletim Focus).

Massa salarial – a massa salarial é o principal índice de projeção da arrecadação da previdência do regime geral. Espera-se, uma redução no aumento na massa salarial de 13,37%, em 2011 para 9,79%, em 2012.

Os principais parâmetros econômicos empregados nas estimativas de receitas e despesas orçamentárias para 2012 constam da tabela a seguir:

TABELA 2 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2012 – PRINCIPAIS PARÂMETROS

Parâmetros	Projeção 2011 (a)	PLOA 2012 (b)	Diferença (c = b – a)
PIB – R$ trilhões	4,1	4,5	0,4
PIB real (%)	4,5	5,0	0,5
IPCA Acum. (%)	5,8	4,8	-1,0
Taxa de juros – Selic % a. a. média	12,0	12,4	0,4
Taxa de câmbio média (R$/US$)	1,61	1,64	0,3
Massa salarial (%)	13,37	9,79	-
Salário mínimo (R$)	545,00	619,21	74,21

Fonte: PLOA 2012

4 – RESULTADO FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA

A política fiscal está baseada na geração de superávits primários nas contas públicas, tendo por objetivo custear parcela dos juros e encargos da dívida e contribuir para a redução da relação dívida/PIB ao longo do tempo. De acordo com Mensagem, desde 2003, quando

[8] Boletim FOCUS – Relatório de Mercado do Bacen de 26.08.2011

o endividamento público alcançou mais de 60,0% do PIB, vem ocorrendo redução da dívida líquida do setor público como proporção do PIB (DLSP/PIB), exceção feita ao período que se estende de dezembro de 2008 a outubro de 2009, oportunidade em que o nível de endividamento cresceu como decorrência da crise internacional e da elevação das taxas de juros. Após esse interregno, a trajetória de queda foi retomada, tendo essa relação registrado 39,7% do PIB em junho de 2011. A expectativa é de que a relação DLSP/PIB se reduza para 38,9% do PIB, em dezembro de 2011, e para 36,5% do PIB, em 2012.

A Tabela 3 demonstra a composição dos resultados primário e nominal do Governo Central, incluindo os itens de receita e despesa mais representativos do orçamento da União:

TABELA 3 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL
(LDO 2012, Anexo I, inciso IX)

DISCRIMINAÇÃO	Realizado 2010		Reprogramado 2011		PLOA 2012	
	Valor (R$ milhões)	% PIB	Valor (R$ milhões)	% PIB	Valor (R$ milhões)	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	**921.054,9**	**25,06**	**972.436,0**	**23,66**	**1.097.340,8**	**24,18**
I.1. Receita Administrada pela SRFB, exceto RGPS	531.107,4	14,45	626.086,5	15,24	707.644,8	15,60
I.2. Arrecadação Liquida Previdência Social – RGPS	211.968,4	5,77	240.055,4	5,84	266.296,4	5,87
I.3. Receita não administrada pela SRFB	177.979,1	4,84	106.294,0	2,59	123.399,7	2,72
II. TRANSFERÉNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	133.211,0	3,62	157.209,5	3,83	181.236,2	3,99
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I – II)	787.844,0	21,44	815.226,5	19,84	916.104,6	20,19
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	688.117,5	18,72	722.515,2	17,58	837.992,1	18,47
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	170.478,8	4,64	181.033,8	4,41	188.208,3	4,15
IV.2. Benefícios da Previdência	254.819,9	6,93	276.905,0	6,74	313.885,5	6,92
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias (*)	75.711,5	2,06	78.193,5	1,9	104.995,6	2,31
IV.4. Despesas Discricionárias e PAC	187.107,3	5,09	186.383,0	4,54	230.902,8	5,09
V. RESULTADO PRIMÁRIO - REGIME ORÇAMENTÁRIO (III – IV)	99.726,5	2,71	92.711,3	2,26	78.112,5	1,72
VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	49.403,1	1,34	8.072,0	0,2	8.071,2	0,18
VI.1. Empréstimos Líquidos	75,7	0	720,2	0,02	11,6	0
VI.2. Subsídios Implícitos/Outras Desp. Extra-Orçamentárias	49.327,3	1,34	7.351,8	0,18	8.059,7	0,18
VII. AJUSTE REGIME CAIXA/ORÇAMENTÁRIO	28.642,9	0,78	-2.879,3	-0,07	1.331,8	0,03
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (V – VI + VII)	78.966,3	2,15	81.760,0	1,99	71.373,0	1,57
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/AJUSTE METODOLÓGICO	-243	-0,01	0	0	0	0
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOV. CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)	78.723,3	2,14	81.760,0	1,99	71.373,0	1,57
XI. RECURSOS PARA O PAC	22.082,0	0,6	0	0	25.600,0	0,56
XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3.° DA LDO 2012 (X + XI)	100.805,3	2,74	81.760,0	1,99	96.973,0	2,14
XIII. JUROS NOMINAIS (valor líquido)	-124.508,7	-3,39	-162.687,0	-3,96	-160.565,0	-3,54
XIV. RESULTADO NOMINAL GOV. CENTRAL (XII +XIII)	-45.785,5	-1,25	-80.927,0	-1,97	-63.592,0	-1,4
XV. RECEITAS FINANCEIRAS	636.584,9	17,32	972.954,8	23,68	1.020.932,9	22,5
XV.1. Refinanciamento da Dívida	371.530,0	10,11	678.514,7	16,51	653.282,6	14,4
XV.2. Emissão de Títulos	127.800,6	3,48	143.374,1	3,49	187.892,4	4,14
XV.3. Operações Oficiais de Crédito	51.409,7	1,4	57.797,7	1,41	59.475,0	1,31
XV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	34.499,3	0,94	28.543,2	0,69	36.052,8	0,79
XV.5. Demais	51.345,3	1,4	64.725,2	1,58	84.230,0	1,86
XV. DESPESAS FINANCEIRAS	683.622,7	18,6	1.049.595,5	25,54	1.099.045,3	24,22
XV.1. Juros e Encargos da Dívida	122.422,1	3,33	169.870,7	4,13	140.571,6	3,1
XV.2. Amortização da Dívida	514.040,7	13,99	804.216,8	19,57	874.165,2	19,27

TABELA 3 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL
(LDO 2012, Anexo I, inciso IX)

DISCRIMINAÇÃO	Realizado 2010		Reprogramado 2011		PLOA 2012	
	Valor (R$ milhões)	% PIB	Valor (R$ milhões)	% PIB	Valor (R$ milhões)	% PIB
XV.3. Demais	47.159,9	1,28	75.508,0	1,84	84.308,5	1,86

Fonte: Tabela 9 do PLOA (págs. 49/50 da Mensagem Presidencial)

(*) Considera: Abono Salarial, Seguro-Desemprego, Benefícios LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Benefícios de Legislação Especial, Sentenças Judiciais, Despesas de Custeio e Capital do FCDF, Compensação à Desoneração das Exportações, Complementação ao Fundeb, Subvenções Econômicas, Subsídios, Indenizações ao Proagro, Créditos Extraordinários Abertos, Despesas custeadas com recursos de Doações e Convênios, Reserva de Contingência Primária, Complemento do FGTS, Transferências à ANA, Despesas de custeio com Anistiados Políticos, Apoio Financeiro aos Municípios e Estados e Ressarcimento a Estados e Municípios - combustíveis fósseis.

Meta de Superávit Primário - para 2012, a meta de superávit primário para o setor público consolidado está fixada na LDO/2012 em R$ 139,8 bilhões, equivalente a 3,10% do PIB, devendo ser mantida nesse patamar nos dois anos seguintes. A meta de superávit primário do Governo Central para 2012 é de cerca de R$ 97 bilhões, equivalente a 2,15% do PIB. As empresas estatais federais não devem contribuir para consecução da meta em 2012, sendo que os estados e municípios devem gerar superávit de R$ 42,8 bilhões (0,95% do PIB).

Embora o governo tenha anunciado recentemente que perseguiria "meta cheia" de superávit primário (2,15% do PIB), sem o abatimento das despesas do PAC, a meta de superávit primário prevista no PLOA 2012 foi reduzida em R$ 25,6 bilhões. Isso significa que, mantido o compromisso de meta cheia em 2012, a execução orçamentária da LOA 2012 deverá contemplar contingenciamento inicial de R$ 25,6 bilhões.

Juros e Resultado Nominal - a expectativa é de uma queda sustentada da taxa SELIC à medida que haja arrefecimento das pressões inflacionárias, permitindo a redução das despesas com juros nominais em relação ao PIB. O governo federal espera que o déficit nominal, representado pela diferença entre o superávit primário e os juros nominais, caia de 1,97% do PIB em 2011 para 1,4 % em 2012 (vide Tabela 3).

Receitas e Carga Tributária – espera-se que a receita primária total atinja, em 2011, R$ 972,4 bilhões, representando 23,66% do PIB. O PLOA estima que esse valor deve alcançar R$ 1.097,3 bilhões em 2012, equivalente a 24,18% do PIB. A parcela das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil deve crescer de 15,24% do PIB para 15,60% na mesma comparação. Assim, mesmo considerando um menor ritmo de crescimento do PIB e a concessão de novos estímulos fiscais (Programa Brasil Maior), haverá um aumento da carga tributária bruta federal estimado em 0,52 ponto percentual do PIB .

Transferências a Estados e Municípios – como resultado do aumento da receita administrada, as transferências a estados e municípios atingem em 2012 cerca de 4% do PIB (R$ 181,2 bilhões).

Brasília, 5 de setembro de 2011.

Ana Cláudia Castro Silva Borges[9]
Consultora-Geral Adjunta da CONORF

Wagner Primo Figueiredo Jr[10].
Diretor da COFF

[9] Consultores designados: Fernando Veiga Barros e Silva, José Rui Gonçalves Rosa e Luciano Henrique da Silva Oliveira.
[10] Consultores designados: Wellington Pinheiro de Araújo, Eugênio Greggianin e Ricardo Alberto Volpe.

5 – ANEXO (DESPESAS POR ÓRGÃO)

ANEXO 1 – PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2012 *versus* 2010 e 2011 – POR ÓRGÃO (em R$ milhões)

Orçamento Fiscal e da Seguridade

ORGÃO	2010		2011		PL 2012 (b)	Diferença (b)-(a)
	PL	Autorizado	PL (a)	Autorizado		
Câmara dos Deputados	3.404,61	3.825,27	4.092,42	4.227,18	4.220,67	128,25
Senado Federal	2.756,51	3.052,17	3.325,20	3.343,61	3.338,16	12,96
Tribunal de Contas da União	1.329,95	1.334,10	1.344,71	1.354,25	1.369,37	24,66
Supremo Tribunal Federal	481,81	510,94	495,65	503,02	510,21	14,56
Superior Tribunal de Justiça	871,33	889,37	922,13	947,66	939,71	17,58
Justiça Federal	6.665,40	6.786,13	6.836,89	6.967,29	7.227,59	390,70
Justiça Militar da União	348,98	350,04	361,14	361,69	388,21	27,07
Justiça Eleitoral	5.164,85	5.217,14	4.368,87	4.508,68	5.177,51	808,64
Justiça do Trabalho	11.810,18	11.904,27	12.338,81	12.482,23	13.497,03	1.158,22
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.538,83	1.558,52	1.621,61	1.692,77	1.738,86	117,25
Conselho Nacional de Justiça	193,04	173,71	198,92	175,32	221,17	22,25
Presidência da República	7.083,89	7.914,52	7.159,14	8.033,35	7.398,91	239,77
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast	7.807,55	9.241,35	8.097,70	9.491,41	8.701,76	604,06
Ministério da Ciência e Tecnologia	6.688,72	7.697,32	7.299,31	7.505,48	7.907,36	608,05
Ministério da Fazenda	19.219,37	19.305,05	19.702,52	20.348,58	21.217,75	1.515,23
Ministério da Educação	49.803,25	53.467,41	62.569,57	66.114,96	72.294,48	9.724,91
Ministério do Des., Indústria e Com Ext	1.437,90	1.767,27	1.769,52	1.789,97	3.170,06	1.400,54
Ministério da Justiça	9.518,47	10.324,30	11.017,09	11.684,54	11.634,07	616,98
Ministério de Minas e Energia	7.038,34	7.255,52	5.746,57	8.061,09	7.925,45	2.178,88
Ministério da Previdência Social	254.001,38	259.552,25	287.629,32	291.096,94	327.468,87	39.839,55
Ministério Público da União	3.520,47	3.604,27	3.684,05	3.852,95	3.841,88	157,83
Ministério das Relações Exteriores	2.146,27	2.373,77	2.192,51	2.221,06	2.048,88	-143,63
Ministério da Saúde	62.470,49	67.704,43	74.249,52	77.860,19	85.856,39	11.606,87
Ministério do Trabalho e Emprego (Exclusive art. 239 , §1.º, CF)	46.424,42	46.561,92	36.415,59	36.635,79	46.081,82	9.666,23
Ministério dos Transportes	16.758,74	20.722,54	21.109,80	21.877,07	20.365,24	-744,56
Ministério das Comunicações	3.030,01	3.015,67	4.361,66	4.404,50	4.530,65	168,99
Ministério da Cultura	1.376,42	2.290,42	1.651,66	2.105,17	1.795,19	143,53
Ministério do Meio Ambiente	3.473,06	3.580,23	2.965,98	3.528,53	3.527,57	561,59
Ministério do Plan, Orçamento e Gestão	17.420,76	16.287,66	16.270,44	12.895,93	8.230,16	-8.040,28
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.556,25	4.594,10	4.305,80	4.499,47	4.301,30	-4,50
Ministério do Esporte	407,73	2.124,28	1.287,51	2.472,20	1.622,57	335,06
Ministério da Defesa	58.178,63	61.532,81	60.230,38	61.571,52	63.706,97	3.476,59
Ministério da Integração Nacional	4.927,28	9.189,05	4.218,07	6.785,82	5.433,78	1.215,71
Ministério do Turismo	857,16	4.325,77	862,92	3.717,02	795,89	-67,03
Ministério do Des Social e Combate à Fome	38.721,25	39.078,47	41.992,11	43.067,95	54.460,00	12.467,89
Ministério das Cidades	12.995,55	16.288,52	19.475,71	22.184,29	18.650,43	-825,28
Ministério da Pesca e Aqüicultura	484,11	824,08	378,44	555,30	263,51	-114,93
Conselho Nacional do Ministério Público	24,00	29,94	97,61	98,12	71,87	-25,74
Encargos Financeiros da União	289.019,22	342.541,11	291.436,61	318.076,83	375.112,61	83.676,00
Transferências a Est, DF e Municípios	152.252,87	157.539,24	174.392,04	178.804,87	194.252,69	19.860,65
Operações Oficiais de Crédito	28.651,02	30.309,52	32.849,70	33.154,90	33.512,76	663,06
Refinanciamento Dívida Púb Mob Federal	584.095,20	584.095,20	674.493,90	668.812,05	650.034,69	-24.459,21
Reserva de Contingência	9.477,72	4.061,92	11.795,87	6.748,33	18.913,79	7.117,92
Ministério Trab e Emprego (art. 239 , §1.º, CF)	12.000,30	12.000,30	12.941,15	12.941,15	14.515,86	1.574,71
TOTAL	1.750.433,29	1.846.801,89	1.927.614,96	1.989.561,02	2.118.273,68	189.181,96

Fonte: PLOA 2011, LOA 2010, LOA 2012.